

Ministérios das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo:**Despacho Normativo n.º 203/80:**

Interpreta o n.º 7 da Portaria n.º 42-B/80, de 15 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 143/80, de 31 de Março (fixa os preços das matérias-primas a fornecer à indústria extractora de óleos e às indústrias produtoras de sabões e de margarinas pelo Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos).

Ministérios das Finanças e do Plano e dos Transportes e Comunicações:**Portaria n.º 394/80:**

Autoriza o dispêndio no ano em curso da quantia total relativa ao ano de 1979 fixada no escalonamento de encargos a que se refere o Decreto n.º 159/78, de 18 de Dezembro.

Ministério da Agricultura e Pescas:**Portaria n.º 395/80:**

Derroga a Portaria n.º 492/76, de 6 de Agosto, na parte respeitante aos prédios rústicos denominados «Herdade dos Carretos» e «Herdade da Preguiça», sítios na freguesia de Quintos, concelho de Beja.

Portaria n.º 396/80:

Derroga a Portaria, de expropriação, n.º 559/75, de 17 de Setembro, na parte que respeita aos prédios rústicos denominados «Herdade dos Clérigos», «Herdade do Monte dos Piques», «Herdade dos Pigeiros» e «Monte Grande», sítios na freguesia de S. Gregório, concelho de Arraiolos.

Portaria n.º 397/80:

Derroga a Portaria n.º 416/76, de 12 de Julho, na parte respeitante ao prédio rústico denominado «Granja e Mourinha», sítio na freguesia de Cíladas, concelho de Vila Viçosa, pertencente a José Gonçalves Pinheiro e José Augusto Pereira Parreira.

Ministério do Comércio e Turismo:**Decreto Regulamentar n.º 26/80:**

Cria as zonas de turismo de Freixo de Espada à Cinta, Grândola, Montalegre, Pedrógão Grande e Oliveira de Azeméis.

Decreto Regulamentar n.º 27/80:

Inclui o concelho de Pombal na Região de Turismo de Leiria.

Ministério dos Transportes e Comunicações:**Decreto-Lei n.º 218/80:**

Cria um quadro de pessoal no Fundo Especial de Transportes Terrestres.

Rectificação. — No sumário da Resolução n.º 218/80, do Conselho da Revolução, inserta no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 146, de 27 de Junho de 1980, onde se lê: «Resolve não emitir qualquer juízo sobre a constitucionalidade do Decreto-Lei n.º 523-I, de 30 de Maio de 1980 (alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral)», deve ler-se: «Resolve não emitir qualquer juízo sobre a constitucionalidade do Decreto-Lei n.º 523/79, de 31 de Dezembro».

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 84, de 10 de Abril de 1980, inserindo o seguinte:

Presidência da República:**Decreto n.º 17/80:**

Exonera o engenheiro Ilídio Alves Araújo do cargo de Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente.

Decreto n.º 18/80:

Nomeia a Dr.ª Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente.

Nota. — Foi publicado um 2.º suplemento ao *Diário da República*, n.º 84, de 10 de Abril de 1980, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros:**Despacho Normativo n.º 118-A/80:**

Delega na Secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente, Dr.ª Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho, a competência para despachar os assuntos correntes dos serviços e organismos da Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 88, de 15 de Abril de 1980, inserindo o seguinte:

Conselho da Revolução:**Resolução n.º 133-A/80:**

Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do território nacional em viagem de carácter oficial.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 90, de 17 de Abril de 1980, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros:**Resolução n.º 135-A/80:**

Determina a requisição civil do pessoal da Direcção de Produção da Direcção-Geral da Refinaria de Lisboa de Petróleos de Portugal, E. P. — Petrogal, e a abertura de inquérito ao corte de fornecimento de gás à Empresa de Petroquímica e Gás, E. P.

Ministérios do Trabalho e da Indústria e Energia:**Portaria n.º 177-A/80:**

Determina a requisição civil dos trabalhadores da Direcção de Produção da Direcção-Geral da Refinaria de Lisboa da Petrogal — Petróleos de Portugal, E. P.

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Gabinete do Primeiro-Ministro****Resolução n.º 241/80**

Pelas Resoluções n.ºs 353/79, de 16 de Novembro, 31/80 e 55/80, de 29 de Janeiro, o Conselho de Ministros resolveu promover, através da Junta Nacional do Vinho, da Federação dos Vinicultores do Dão e da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, intervenções de compra de vinhos nas áreas abrangidas por aqueles organismos, a fim de retirar da produção os excedentes e desse modo evitar o aviltamento dos preços do mercado e consequentes prejuízos para os produtores.

Para a consecução de tal medida foram criadas três linhas de crédito nos valores de 3 milhões de contos, 250 000 e 350 000 contos, respectivamente, à taxa bonificada de 12 %.

Considerando que na área da JNV e FVD se verificam pedidos da produção para entrega de quanti-

dades de vinhos não inscritos em tempo oportuno e que na área da CVRVV as quantidades inscritas ultrapassaram significativamente o valor inicialmente estimado;

Considerando o facto de se aproximar a nova campanha de produção, que apresenta boas perspectivas, embora se estimem quantidades inferiores às de 1979;

Considerando que o Governo pretende garantir o apoio à viticultura nacional, da qual fazem parte muitos milhares de pequenos e médios agricultores, para os quais a produção do vinho constitui parcela significativa dos seus rendimentos;

Considerando que os montantes das linhas de crédito já criadas são insuficientes para garantir o pagamento das entregas que a produção pretende efectuar, as quais serão naturalmente condicionadas pela capacidade de recepção daqueles organismos;

Considerando-se necessário criar as condições para a retirada da produção dos excedentes que ainda existam:

O Conselho de Ministros, reunido em 26 de Junho de 1980, resolveu:

a) Aumentar para 4 400 000, 350 000 e 650 000 contos as linhas de créditos bonificados à taxa de 12 %, criadas pelas Resoluções n.ºs 353/79, de 16 de Novembro, e 31/80 e 55/80, de 29 de Janeiro, a serem utilizadas, respectivamente, pela Junta Nacional do Vinho, pela Federação dos Vinicultores do Dão e pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;

b) Determinar que os aumentos agora concedidos, de 1 400 000, 100 000 e 300 000 contos, sejam utilizados pelos organismos referidos na alínea a), em condições a definir mediante despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo.

Presidência do Conselho de Ministros, 26 de Junho de 1980. — O Primeiro-Ministro, *Francisco Sá Carneiro*.

Resolução n.º 242/80

Considerando que o despacho conjunto de 9 de Abril de 1976, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 22 de Abril de 1976, desanexou da ex-Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano o Complexo Agro-Industrial do Cachão, que passou a constituir uma unidade autónoma com os bens, direitos e obrigações a ele afectos;

Considerando que a resolução de 9 de Junho de 1976, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 153, de 2 de Julho de 1976, criou uma comissão instaladora entre cujas funções estava a de elaborar o projecto de estatutos de uma empresa pública e avaliar o património líquido do Complexo a transferir para a nova empresa;

Considerando que, no cumprimento desta última resolução, por despacho ministerial de 19 de Julho de 1979, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 27 de Julho de 1979, foi nomeada a actual comissão instaladora;

Considerando que o estudo atento e ponderado de todos os condicionamentos do desenvolvimento regional e de reestruturação do Complexo Agro-Industrial

do Cachão aponta para a criação de uma nova forma de relação institucional entre as diversas actividades que o compõem, objectivo que se entende será melhor alcançado através de uma sociedade anónima do tipo sociedade de gestão — que proceda, por individualização de partes do seu património, à criação de novas sociedades — do que por meio de uma empresa pública;

Considerando que para que o interesse do Estado fique devidamente salvaguardado este deve deter uma participação maioritária no capital das novas sociedades a criar;

Considerando que o Governo está empenhado em dar solução ao problema dos técnicos agrícolas de fomento agrário da ex-Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano e em, simultaneamente, assegurar o apoio técnico à nova sociedade a formar;

Considerando que interessa salvaguardar os legítimos direitos dos actuais trabalhadores do Complexo Agro-Industrial do Cachão:

O Conselho de Ministros, reunido em 26 de Junho de 1980, resolveu:

1 — Os Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas prepararão e submeterão ao Conselho de Ministros os instrumentos jurídicos necessários para a transferência do activo e passivo do actual Complexo Agro-Industrial do Cachão para uma sociedade anónima a criar, que adoptará a denominação social Caica — Complexo Agro-Industrial do Cachão, S. A. R. L., e cujo capital será totalmente pertencente ao Estado, admitindo, no entanto, a possibilidade de alienação de parte ou partes do património da sociedade e das suas participações noutras sociedades.

2 — Será constituída uma nova sociedade, participada pela anterior, à qual ficará afecto o matadouro industrial. Nesta sociedade participarão também agricultores da região, em nome individual ou através das suas associações, outras actividades da região interessadas no sector e a Companhia Industrial Portuguesa e Colónias, em proporções de capital social a definir. As participações regionais acima referidas, se não forem tomadas imediatamente aquando da constituição da sociedade, ficarão na posse da Caica, S. A. R. L., que, a todo o tempo, as reservará para esse fim.

3 — Pelos Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas será atribuída à Caica, S. A. R. L., a importância de 340 000 contos, proveniente dos fundos gerados pela PL-480, a qual será obrigatoriamente aplicada na conclusão das obras do matadouro industrial, a cargo da nova sociedade afiliada, sem prejuízo da desejável e necessária participação financeira dos outros sócios que dela venham a fazer parte.

A fiscalização da aplicação da referida verba caberá ao IFADAP.

4 — Os instrumentos jurídicos necessários para dar execução à presente resolução deverão ser elaborados até 31 de Julho de 1980.

Presidência do Conselho de Ministros, 26 de Junho de 1980. — O Primeiro-Ministro, *Francisco Sá Carneiro*.